

Curso preparatório - Concurso para

Juiz de Direito Substituto

TJ – SE – 2015

Resolução de Questões de Direito Processual Civil

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

- I. *A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.*
- II. *Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.*
- III. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.*
- IV. *O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito houver ocorrido no estrangeiro.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do **domicílio do autor**.
(...)

CPC-1973:

Art. 94. *A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do **domicílio do réu**.*

**CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA**

COMPETÊNCIA RELATIVA

CPC-1973:

Art. 94. *A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do **domicílio do réu**.*

**CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA**

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

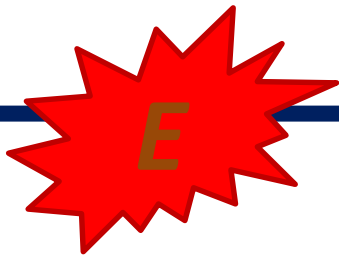
I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do **domicílio do autor**.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do **domicílio do autor**.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

(...)

CPC-1973:

Art. 94. (...)

§ 3º Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

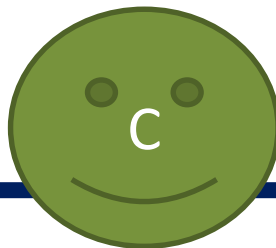
QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

(...)



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

(...)

CPC-1973:

Art. 95. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.*

CPC-1973:

Art. 95. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

CPC-1973:

Art. 95. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

**CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA**

COMPETÊNCIA RELATIVA

CPC-1973:

Art. 95. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa.* Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA

CPC-1973:

Art. 95. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, **não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.***

CPC-1973:

Art. 95. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, **não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.***

**CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA**

CPC-1973:

Art. 95. *Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, **não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.***

**CRITÉRIO TERRITORIAL DE
DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA**

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

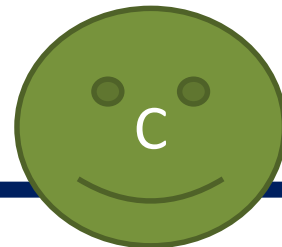
QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaiando o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

(...)



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito houver ocorrido no estrangeiro.

CPC-1973:

Art. 96. *O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, **ainda que** o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, **salvo se** o óbito houver ocorrido no estrangeiro.

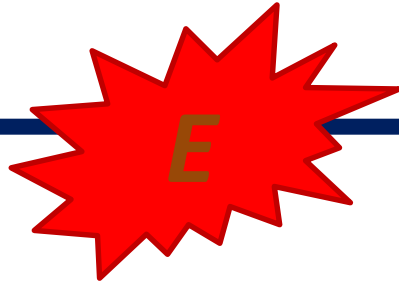
CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

(...)

IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, **salvo se** o óbito houver ocorrido no estrangeiro.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02





Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

- I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.*
- II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.*
- III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.*
- IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito houver ocorrido no estrangeiro.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:

-  I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
-  II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
-  III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.
-  IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito houver ocorrido no estrangeiro.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

*Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:*

- I.*
- II.*
- III.*
- IV.*

É correto o que se afirmar APENAS em:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II e III.
- D) II, III e IV.
- E) I e III.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 02

*Analise os enunciados seguintes, relativos à **competência** interna:*

- I.*
- II.*
- III.*
- IV.*

É correto o que se afirmar APENAS em:

- A) I, II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) II e III.**
- D) II, III e IV.
- E) I e III.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à **competência**, é **correto** afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) **Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.**
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CPC-1973:

Art. 112. *Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.*

(...)

Art. 113. *A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.*

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) **Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.**
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

E

A) **Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.**

B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.

C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.

D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.

E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) **Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.***
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CPC-1973:

Art. 117. *Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- B) **Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.**
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- B) **Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.**
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) **Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.***
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CPC-1973:

Art. 113. (...)

§ 2º Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02


Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) **Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.***
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
-  C) **Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.**
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) **Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.***
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CPC-1973:

Art. 111. A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

§ 1º O acordo, porém, só produz efeito, quando constar de contrato escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.

§ 2º O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02


Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) **Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.***
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
-  ***D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.***
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) **O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.***

CPC-1973:

Art. 111. *A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.*

§ 1º *O acordo, porém, só produz efeito, quando constar de contrato escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.*

§ 2º ***O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) **O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.*
- B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.*
- C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.*
- D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.*
- E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 02

Quanto à competência, é correto afirmar:

A) Argui-se por meio de exceção a incompetência absoluta.

B) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.

C) Declarada a incompetência absoluta, sempre se extinguirá o processo sem resolução do mérito.

D) Em razão da matéria e da hierarquia, a competência é derogável pela convenção das partes.

E) O foro contratual é personalíssimo, não obrigando os herdeiros e sucessores das partes.

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



TERRITORIAL

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



FUNCIONAL



TERRITORIAL

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



OBJETIVO



FUNCIONAL



TERRITORIAL

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



OBJETIVO

PESSOA

FUNCIONAL

TERRITORIAL

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



OBJETIVO

PESSOA

VALOR

FUNCIONAL

TERRITORIAL

CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA INTERNA



OBJETIVO

PESSOA

VALOR

MATÉRIA

FUNCIONAL

TERRITORIAL

CRITÉRIO OBJETIVO DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA
Leva em consideração os elementos da demanda proposta

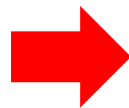
PARTES

PEDIDO

CAUSA DE PEDIR

CRITÉRIO OBJETIVO DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA
Leva em consideração os elementos da demanda proposta

PARTES



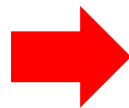
EM RAZÃO DA PESSOA

PEDIDO

CAUSA DE PEDIR

CRITÉRIO OBJETIVO DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA
Leva em consideração os elementos da demanda proposta

PARTES



EM RAZÃO DA PESSOA

PEDIDO

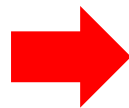


EM RAZÃO DO VALOR

CAUSA DE PEDIR

CRITÉRIO OBJETIVO DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA
Leva em consideração os elementos da demanda proposta

PARTES



EM RAZÃO DA PESSOA

PEDIDO



EM RAZÃO DO VALOR

CAUSA DE PEDIR



EM RAZÃO DA MATÉRIA



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denúncia da lide.*
- C) substituição processual.*
- D) chamamento ao processo.*
- E) nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) **assistência.**
- B) *denúnciação da lide.*
- C) *substituição processual.*
- D) *chamamento ao processo.*
- E) *nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

E

- A) **assistência.**
- B) denúncia da lide.
- C) substituição processual.
- D) chamamento ao processo.
- E) nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03


Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.
- B) **denúnciação da lide.**
- C) substituição processual.
- D) chamamento ao processo.
- E) nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.
-  B) **denúnciação da lide.**
- C) substituição processual.
- D) chamamento ao processo.
- E) nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03


Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denunciação da lide.*
- C) **substituição processual.***
- D) chamamento ao processo.*
- E) nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.
- B) denúncia da lide.
-  C) **substituição processual.**
- D) chamamento ao processo.
- E) nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03


Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denúncia da lide.*
- C) substituição processual.*
- D) **chamamento ao processo.***
- E) nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.
- B) denúncia da lide.
- C) substituição processual.
-  D) **chamamento ao processo.**
- E) nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denúncia da lide.*
- C) substituição processual.*
- D) chamamento ao processo.*
- E) **nomeação à autoria.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.
- B) denúncia da lide.
- C) substituição processual.
- D) chamamento ao processo.
- E) **nomeação à autoria.**



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denúncia da lide.*
- C) substituição processual.*
- D) chamamento ao processo.*
- E) nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 03

Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da:

- A) assistência.*
- B) denúncia da lide.*
- C) substituição processual.*
- D) chamamento ao processo.*
- E) nomeação à autoria.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) da assistência litisconsorcial.*
- E) da nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04


Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) **da denúncia da lide.**
- B) da oposição.
- C) do chamamento ao processo.
- D) da assistência litisconsorcial.
- E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- 
- A) **da denúncia da lide.**
B) da oposição.
C) do chamamento ao processo.
D) da assistência litisconsorcial.
E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04


Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) **da oposição.***
- C) do chamamento ao processo.*
- D) da assistência litisconsorcial.*
- E) da nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.
-  B) **da oposição.**
- C) do chamamento ao processo.
- D) da assistência litisconsorcial.
- E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04


Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.
- B) da oposição.
- C) **do chamamento ao processo.**
- D) da assistência litisconsorcial.
- E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.
- B) da oposição.
-  C) **do chamamento ao processo.**
- D) da assistência litisconsorcial.
- E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) **da assistência litisconsorcial.***
- E) da nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) **da assistência litisconsorcial.***
- E) da nomeação à autoria.*



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) da assistência litisconsorcial.*
- E) **da nomeação à autoria.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) da assistência litisconsorcial.*
- E) da nomeação à autoria.*



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

- A) da denúncia da lide.*
- B) da oposição.*
- C) do chamamento ao processo.*
- D) da assistência litisconsorcial.*
- E) da nomeação à autoria.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 04

Demandado sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto:

A) da denúncia da lide.

B) da oposição.

C) do chamamento ao processo.

D) da assistência litisconsorcial.

E) da nomeação à autoria.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

- I. Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.*
- II. No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.*
- III. Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

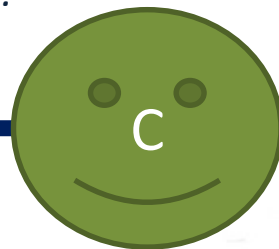
I. Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

I. Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

(...)

II. No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.

(...)

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

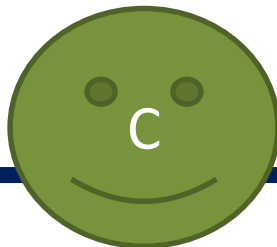
QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

(...)

II. No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.

(...)



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

(...)

III. Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.

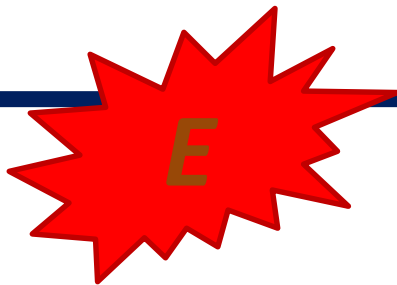
CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

(...)

III. Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.



QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

- I. Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.*
- II. No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.*
- III. Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.*

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

- I. *Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.*
- II. *No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.*
- III. *Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

I.

II.

III.

É correto o que se afirmar APENAS em:

A) III.

B) II e III.

C) I e III.

D) I e II.

E) II.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 06

No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

I.

II.

III.

É correto o que se afirmar APENAS em:

A) III.

B) II e III.

C) I e III.

D) I e II.

E) II.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

- A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.*
- B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento ultra petita, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.*
- C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.*
- D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que os pedidos interpretam-se ampliativamente.*
- E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescerá ao principal os juros legais e a correção monetária.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.

CPC-1973:

Art. 290. *Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.*

(...)

Art. 293. *Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.*

Art. 294. *Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

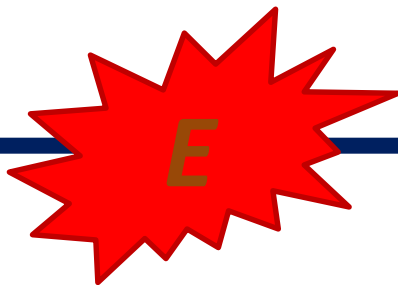
A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

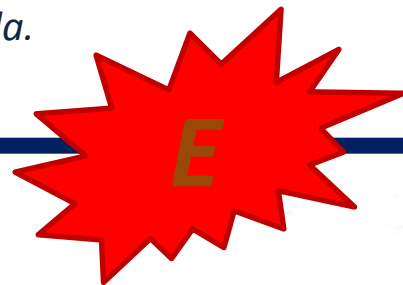
B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento ultra petita, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento ultra petita, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

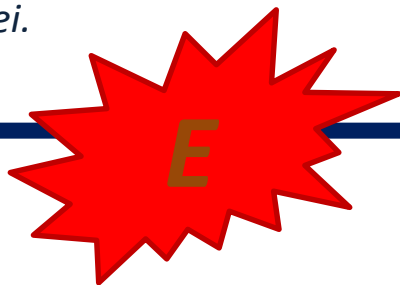
C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que os pedidos interpretam-se ampliativamente.

CPC-1973:

Art. 293. *Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

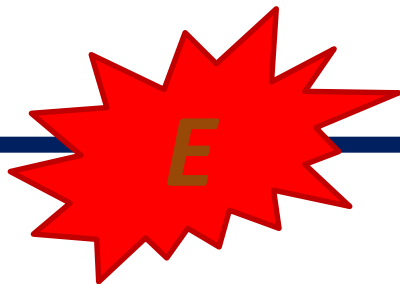
*D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que **os pedidos interpretam-se ampliativamente.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

*D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que **os pedidos interpretam-se ampliativamente.***



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescerá ao principal os juros legais e a correção monetária.

CPC-1973:

Art. 290. *Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.*

(...)

Art. 293. *Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

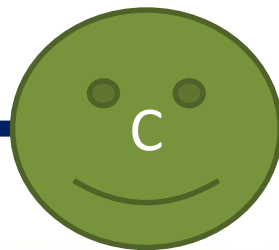
E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescerá ao principal os juros legais e a correção monetária.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescentará ao principal os juros legais e a correção monetária.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

- A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.*
- B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento ultra petita, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.*
- C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.*
- D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que os pedidos interpretam-se ampliativamente.*
- E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescentará ao principal os juros legais e a correção monetária.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE SANTA CATARINA – FCC - 2015

QUESTÃO 09

Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz:

- A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.*
- B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento ultra petita, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.*
- C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.*
- D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que os pedidos interpretam-se ampliativamente.*
- E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescerá ao principal os juros legais e a correção monetária.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

- A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferi-la de imediato.*
- B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.*
- C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.*
- D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.*
- E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferi-la de imediato.

CPC-1973:

Art. 284. *Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.*

Parágrafo único. *Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

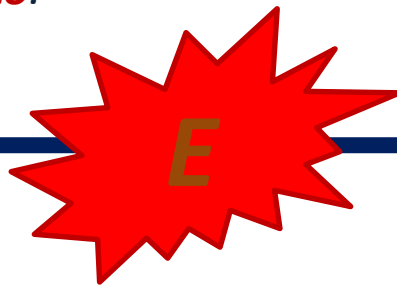
A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz **indeferi-la de imediato**.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz **indeferi-la de imediato**.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.

CPC-1973:

Art. 285-A. *Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

*B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total **procedência** em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total **procedência** em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.

CPC-1973:

Art. 285. *Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

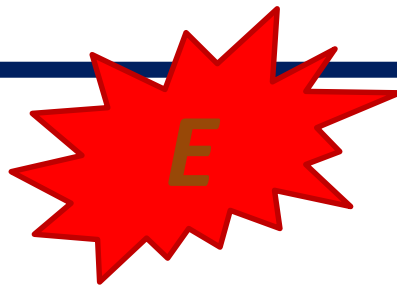
*C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos **e o direito** alegados pelo autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos **e o direito** alegados pelo autor.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.

CPC-1973:

Art. 286. *O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico:*

I - nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito;

III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

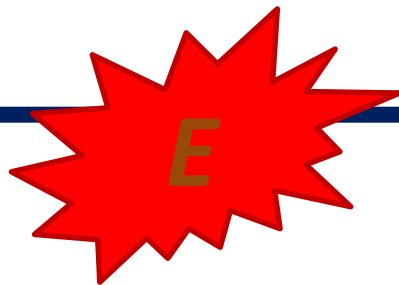
D) O pedido deve ser **sempre** certo ou determinado.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

D) O pedido deve ser **sempre** certo ou determinado.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

CPC-1973:

Art. 290. *Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

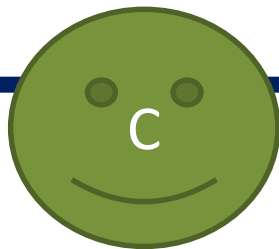
E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

- A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferi-la de imediato.*
- B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.*
- C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.*
- D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.*
- E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 03

É correto afirmar:

- A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferi-la de imediato.*
- B) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.*
- C) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.*
- D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.*
- E) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

- A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de nova citação do réu.*
- B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*
- C) reputar-se-ão verdadeiros, de modo absoluto, os fatos afirmados pelo autor.*
- D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.*
- E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de nova citação do réu.

CPC-1973:

Art. 321. *Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 (quinze) dias.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

*A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, **independentemente de nova citação do réu.***

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

*A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, **independentemente de nova citação do réu.***



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

CPC-1973:

Art. 322. *Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.*

Parágrafo único. *O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

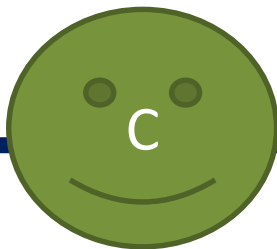
B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

C) reputar-se-ão verdadeiros, de modo absoluto, os fatos afirmados pelo autor.

CPC-1973:

Art. 319. *Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.*

Art. 320. *A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente:*

I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

II - se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

III - se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

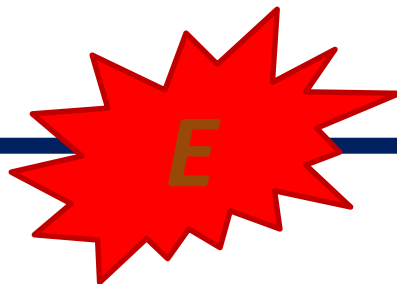
C) reputar-se-ão verdadeiros, **de modo absoluto**, os fatos afirmados pelo autor.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

C) reputar-se-ão verdadeiros, **de modo absoluto**, os fatos afirmados pelo autor.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.

CPC-1973:

Art. 322. *Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.*

Parágrafo único. *O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

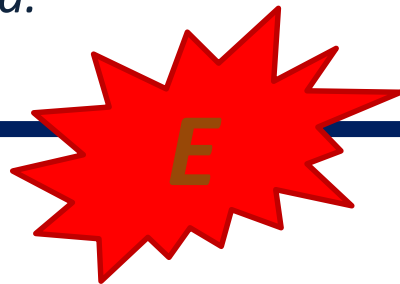
D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.

CPC-1973:

Art. 319. *Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.*

Art. 320. *A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente:*

I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

II - se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

III - se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.



CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

- A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de nova citação do réu.*
- B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*
- C) reputar-se-ão verdadeiros, de modo absoluto, os fatos afirmados pelo autor.*
- D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.*
- E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.*

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE PERNAMBUCO – FCC - 2011

QUESTÃO 12

Ocorrendo a revelia:

A) poderá o autor alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de nova citação do réu.

B) poderá o réu intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

C) reputar-se-ão verdadeiros, de modo absoluto, os fatos afirmados pelo autor.

D) não poderá o réu participar da audiência de instrução e julgamento que venha a ser designada.

E) deverá o juiz, necessariamente, julgar o processo antecipadamente, dada a veracidade presumida dos fatos alegados pelo autor.

CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL, RN – CESPE – 2008

QUESTÃO 82

Em ação sob rito ordinário, o município apresentou defesa no prazo legal e requereu que fosse determinada ao autor a exibição de documentos que estariam em sua posse. Acolhido o requerimento, o juiz conferiu ao autor prazo de 5 dias para que exibisse tais documentos. Ao fim do prazo conferido, o procurador do autor peticionou para requerer a fixação de outro prazo para cumprimento da ordem, sob o argumento de que seu cliente estivera hospitalizado na semana anterior, e juntou ao pedido o atestado da internação.

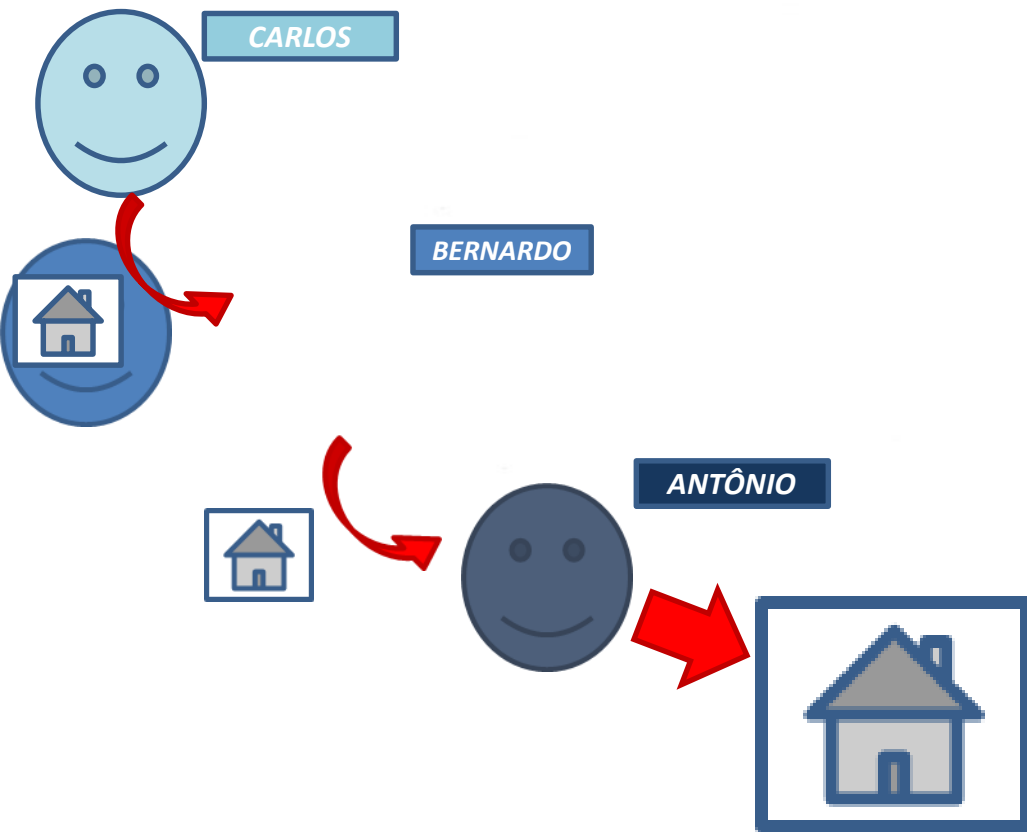
Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina legal dos prazos prevista no CPC, assinale a opção correta.

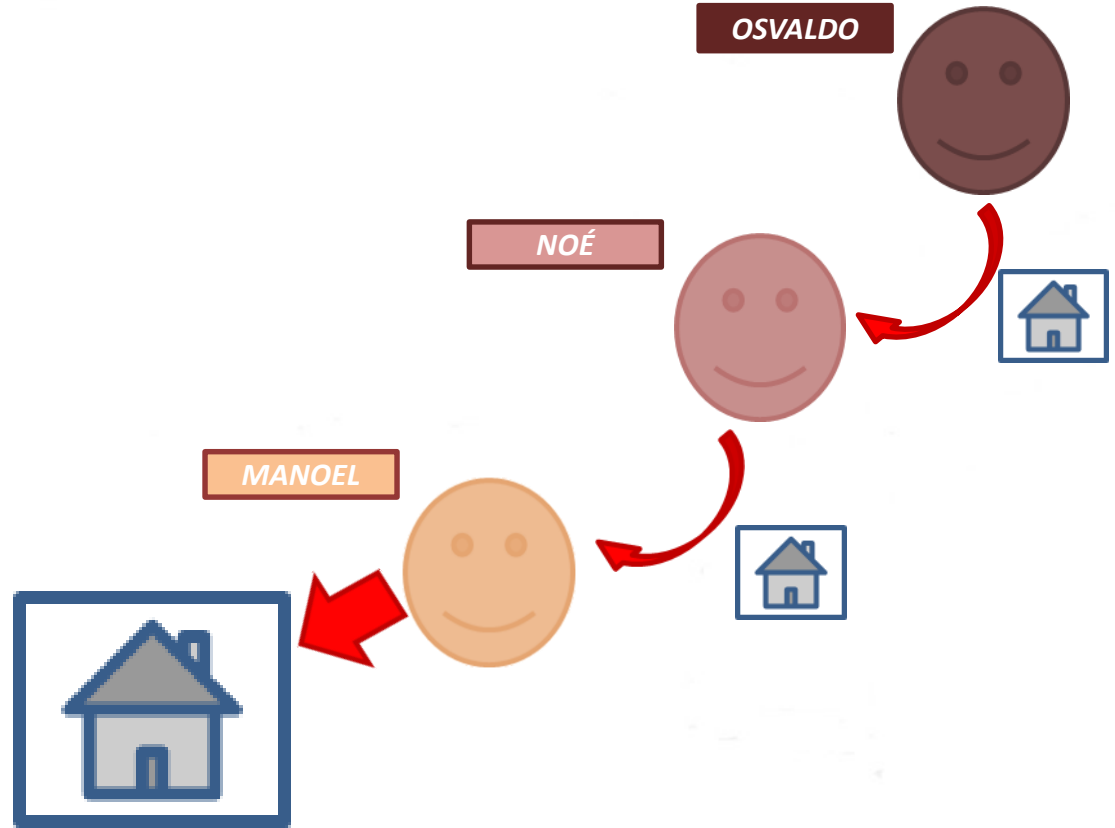
A) Decorrido o prazo estabelecido pelo juiz, extinguiu-se a possibilidade de a parte praticar o ato determinado, independentemente da apresentação de qualquer justificativa.

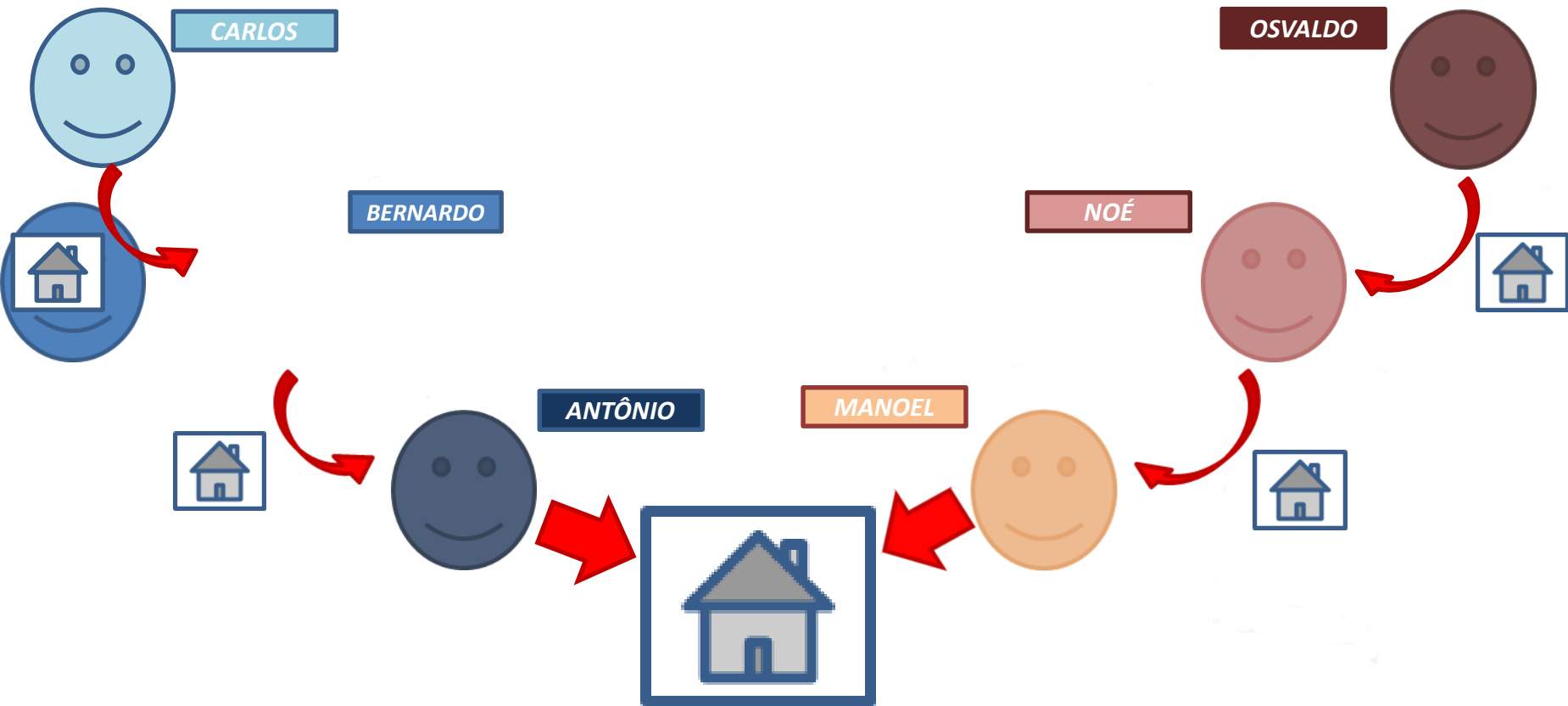
B) A devolução do prazo dependerá da anuência do município, que deverá ser intimado para manifestar-se fundamentadamente a respeito do pedido do autor.

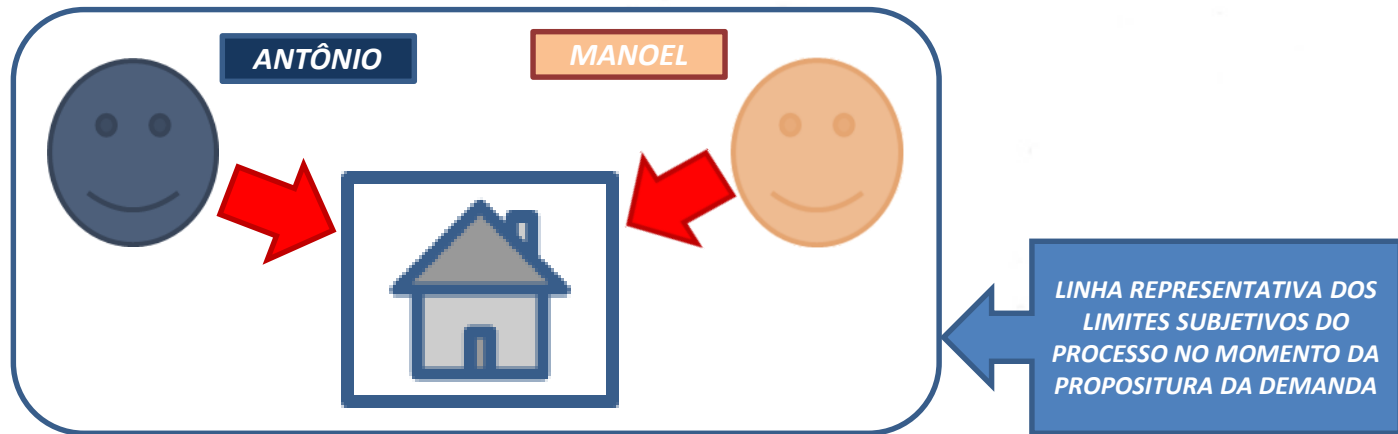
C) Verificado pelo juiz que a internação hospitalar configura justa causa para o descumprimento da ordem, novo prazo será assinalado para a exibição dos referidos documentos.

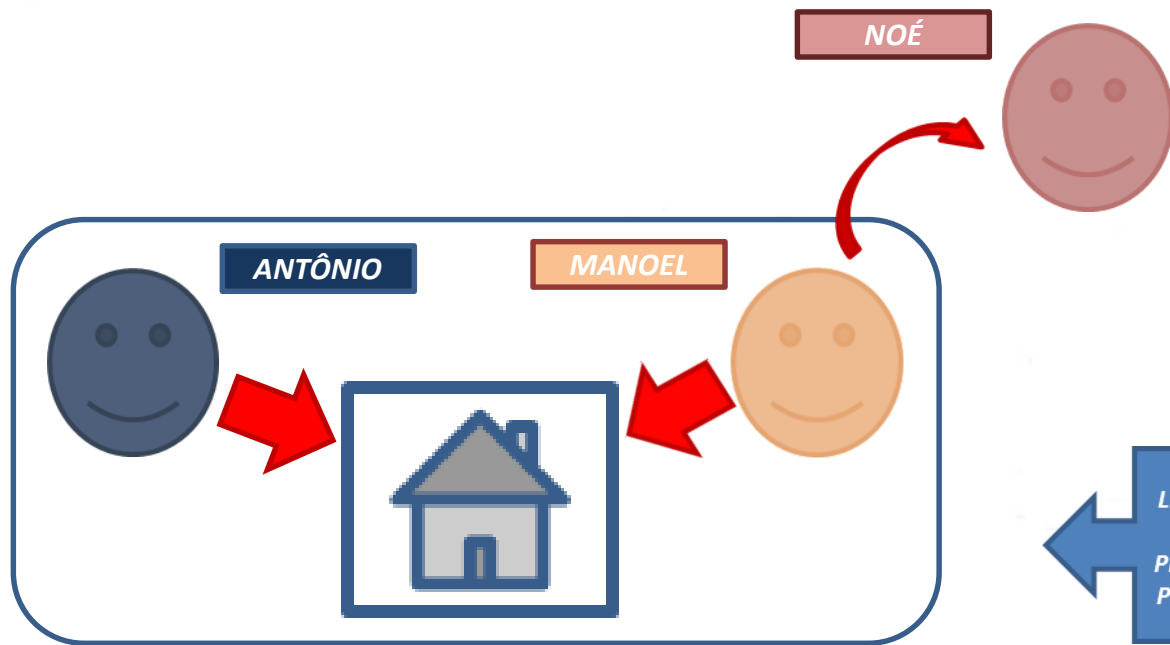
D) Por tratar-se de prazo estabelecido para a prática de ato favorável ao próprio interesse, o autor poderá requerer a dilação sem apresentar justificativa alguma.











LINHA REPRESENTATIVA DOS
LIMITES SUBJETIVOS DO
PROCESSO NO MOMENTO DA
PROPOSITURA DA DEMANDA



BERNARDO



ANTÔNIO

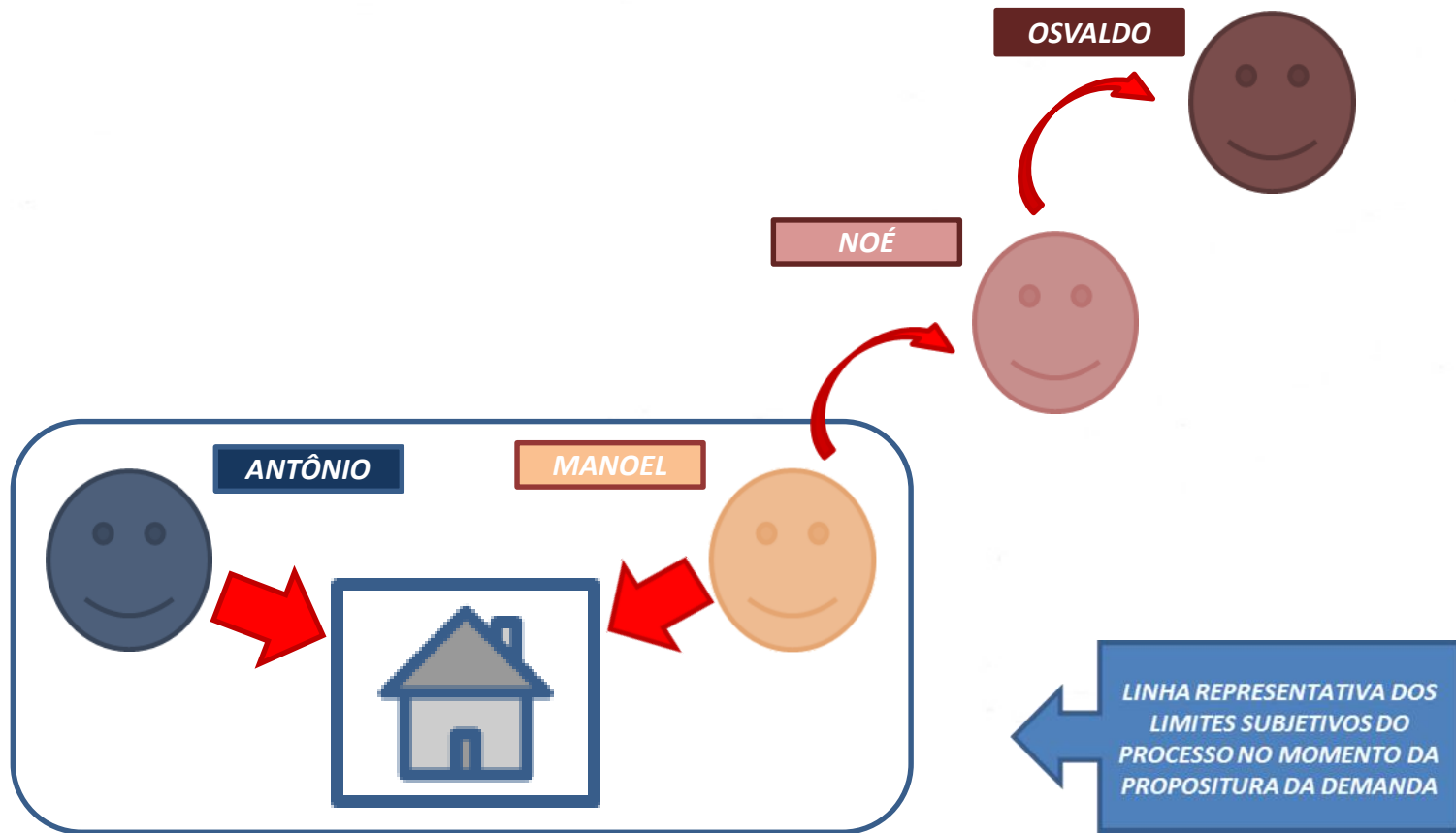


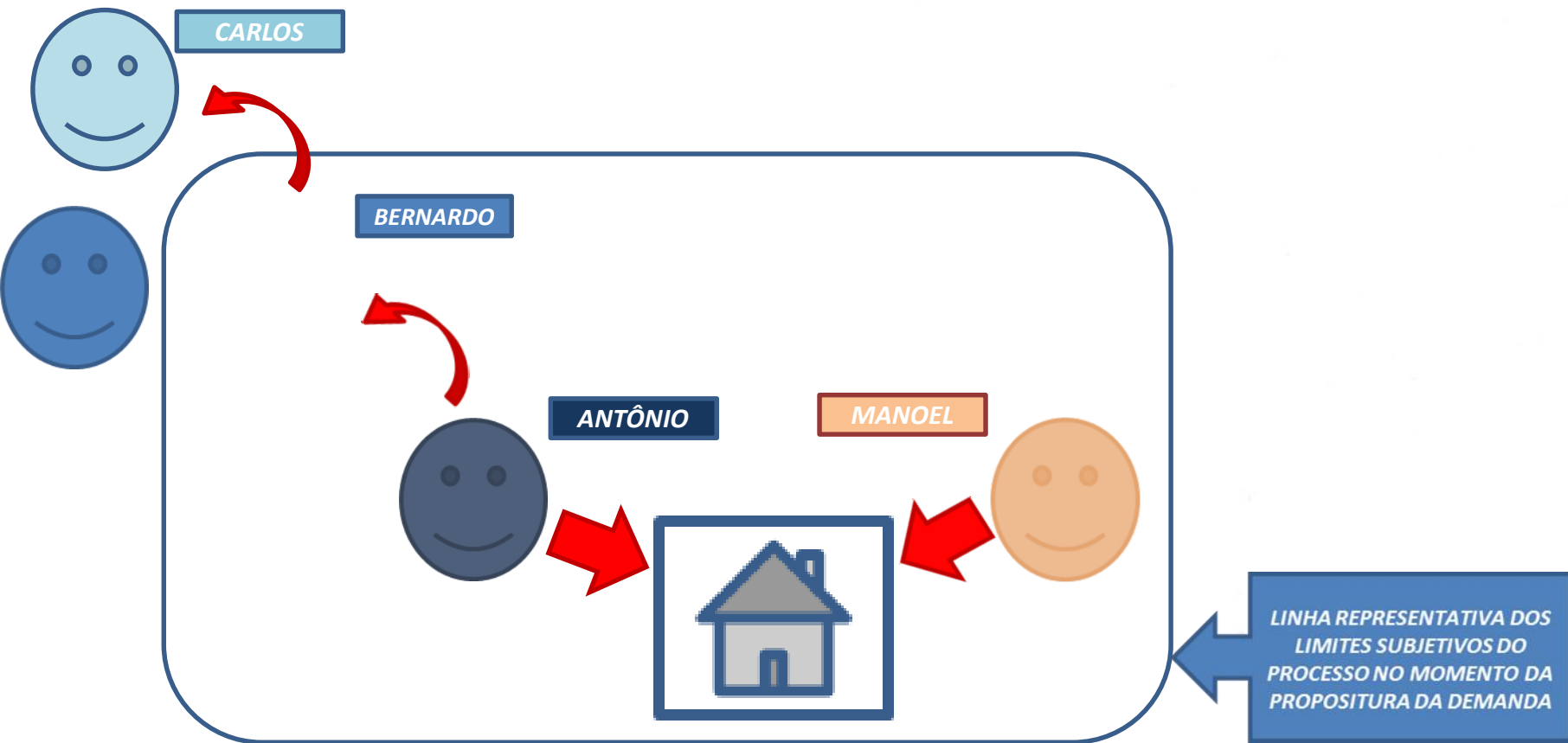
MANOEL

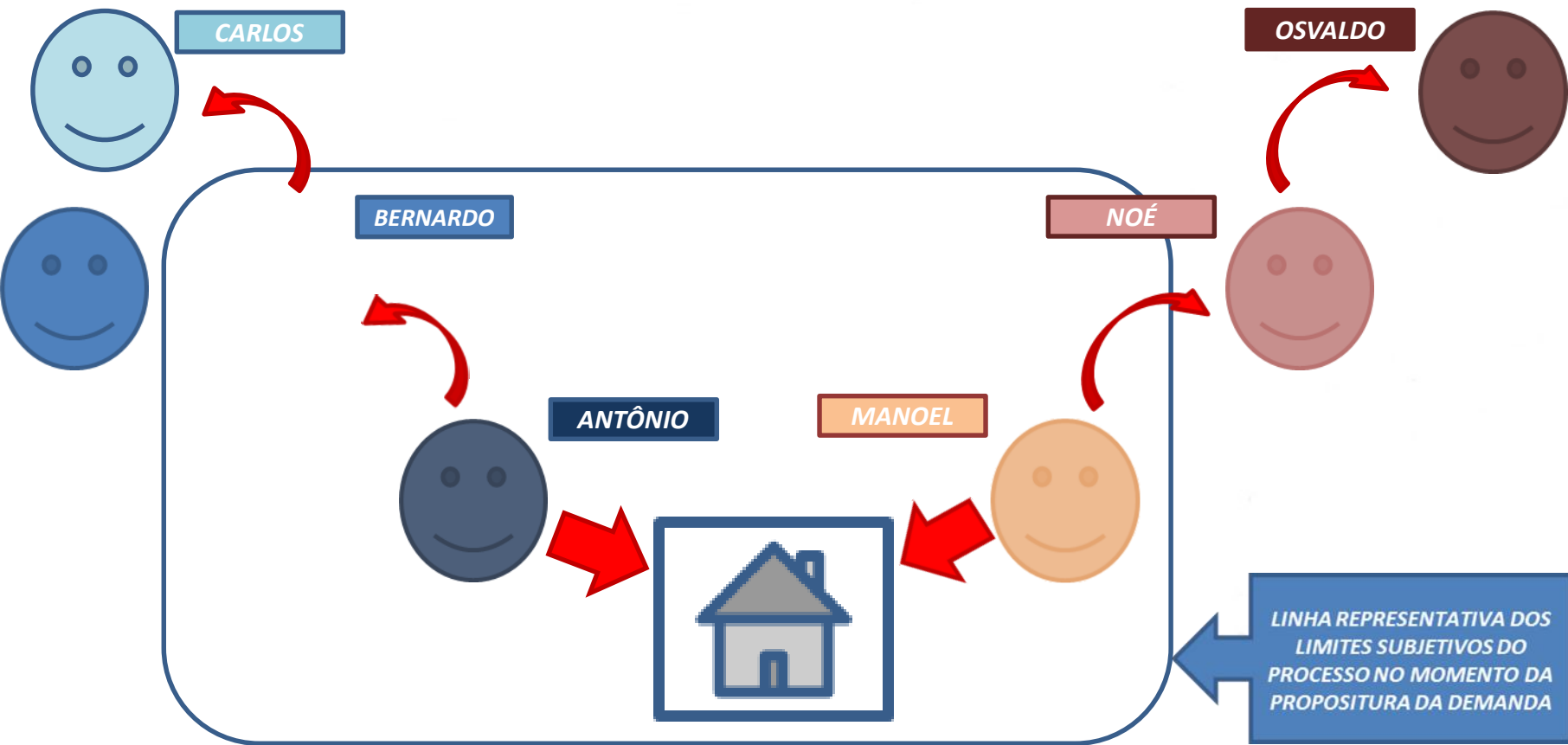


LINHA REPRESENTATIVA DOS
LIMITES SUBJETIVOS DO
PROCESSO NO MOMENTO DA
PROPOSITURA DA DEMANDA









LINHA REPRESENTATIVA DOS
LIMITES SUBJETIVOS DO
PROCESSO NO MOMENTO DA
PROPOSITURA DA DEMANDA

CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL, RN – CESPE – 2008

QUESTÃO 74

Paulo adquiriu de André um automóvel, para pagar em 10 prestações. Como Paulo pagou 9 prestações e deixou de pagar a última, alegando ter encontrado defeito oculto no automóvel, André ajuizou ação em face de Paulo para reaver o bem alienado. No curso da demanda, Paulo vendeu o automóvel a Rui.

Com relação à situação hipotética apresentada e à luz do que estabelece o CPC, assinale a opção correta.

- A) Paulo deverá promover a nomeação à autoria de Rui, uma vez que este adquiriu a coisa litigiosa.*
- B) O remédio processual adequado à defesa dos direitos de Rui é a promoção da sua denúncia à lide, porquanto poderá perder o automóvel caso a decisão seja favorável a André.*
- C) O resultado da ação movida por André contra Paulo não afetará Rui, pois a sentença decorrente dessa ação só produz efeitos entre as partes, André e Paulo.*
- D) Rui, caso não seja admitido como parte da ação em questão, poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial de Paulo, para proteger os próprios interesses.***

ESTABILIZAÇÃO DO PROCESSO

*Quanto ao **órgão julgador***

*Quanto às **partes** (elemento subjetivo da demanda)*

*Quanto ao **pedido** e à **causa de pedir** (elementos objetivos da demanda)*

CPC-1973:

Art. 87. *Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.*



**“PERPETUATIO
JURISDICTIONIS”**

CPC-1973:

Art. 41. *Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.*

Art. 42. *A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.*

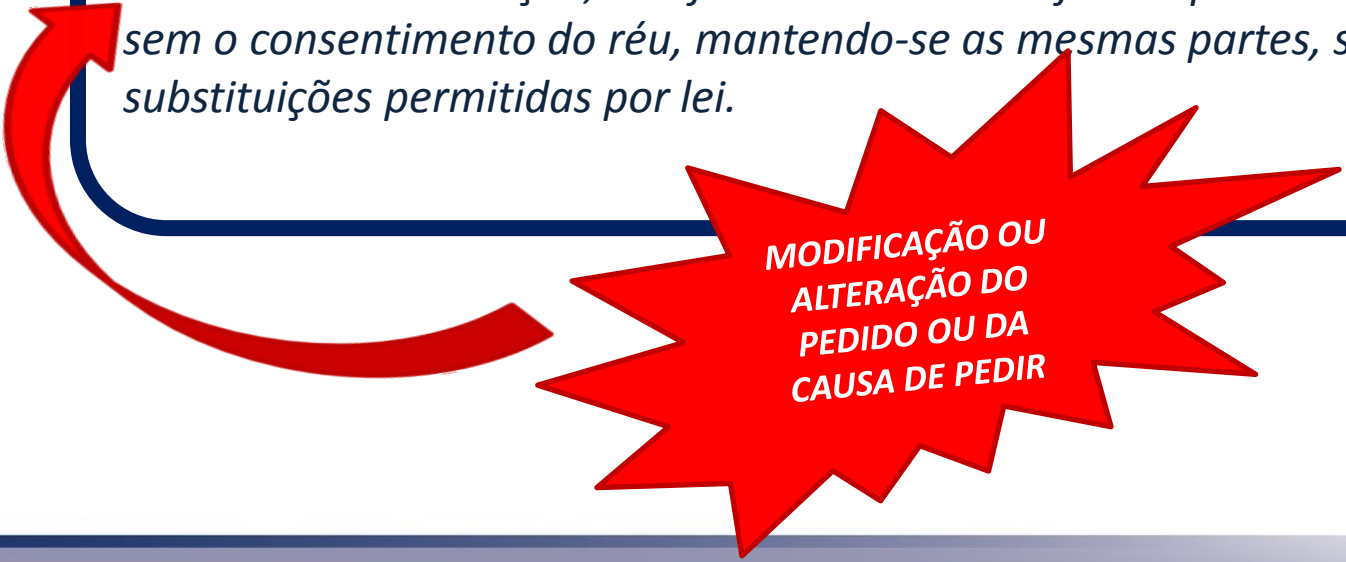
(...)

Art. 43. *Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 265.*

**"SUBSTITUIÇÃO",
NÃO: SUCESSÃO
DA PARTE**

CPC-1973:

Art. 264. *Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.*



**MODIFICAÇÃO OU
ALTERAÇÃO DO
PEDIDO OU DA
CAUSA DE PEDIR**

CPC-1973:

Art. 294. *Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.*


**ADITAMENTO DO
PEDIDO E/OU DA
CAUSA DE PEDIR**

CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL, RN – CESPE – 2008

QUESTÃO 76

Carla ajuizou contra Jorge ação ordinária para pleitear a condenação deste ao pagamento de R\$ 5.000,00, valor da cláusula penal devida pela inexecução de contrato firmado para compra e venda de safra futura, além das correspondentes perdas e danos que entendeu ter suportado. Jorge apresentou sua contestação, e, encerrada a instrução processual, foram os autos conclusos para sentença. Carla, antes de proferida a sentença, apresentou petição para requerer a exclusão do pedido atinente às perdas e danos, por entender que não conseguiu provar a ocorrência de prejuízo.

À luz do CPC, assinale a opção correta acerca dessa ação judicial hipotética.


- 
- A) Não é possível a pretendida alteração do pedido de Carla, na fase processual dessa ação, uma vez que já ocorreu o saneamento do processo.*
 - B) A petição para requerer a exclusão do pedido referente a perdas e danos poderá ser deferida pelo juiz se houver expressa concordância de Jorge, uma vez que já houve a citação deste.*
 - C) Considerando que a alteração do pedido é favorável ao réu, o juiz deverá deferir o requerimento.*
 - D) Na fase processual descrita somente poderia ocorrer alteração na causa de pedir.*

CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL, RN – CESPE – 2008

QUESTÃO 76

Carla ajuizou contra Jorge ação ordinária para pleitear a condenação deste ao pagamento de R\$ 5.000,00, valor da cláusula penal devida pela inexecução de contrato firmado para compra e venda de safra futura, além das correspondentes perdas e danos que entendeu ter suportado. Jorge apresentou sua contestação, e, encerrada a instrução processual, foram os autos conclusos para sentença. Carla, antes de proferida a sentença, apresentou petição para requerer a exclusão do pedido atinente às perdas e danos, por entender que não conseguiu provar a ocorrência de prejuízo.

À luz do CPC, assinale a opção correta acerca dessa ação judicial hipotética.

- 
- A) Não é possível a pretendida alteração do pedido de Carla, na fase processual dessa ação, uma vez que já ocorreu o saneamento do processo.*
 - B) A petição para requerer a exclusão do pedido referente a perdas e danos poderá ser deferida pelo juiz se houver expressa concordância de Jorge, uma vez que já houve a citação deste.*
 - C) Considerando que a alteração do pedido é favorável ao réu, o juiz deverá deferir o requerimento.*
 - D) Na fase processual descrita somente poderia ocorrer alteração na causa de pedir.*



CPC-1973:

Art. 12. *Serão representados em juízo, ativa e passivamente:*

(...)

V - o espólio, pelo inventariante;

(...)

§ 1º *Quando o inventariante for dativo, **todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores** ou réus nas ações em que o espólio for parte.*

(...)

CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NATAL, RN – CESPE – 2008

QUESTÃO 78

Em ação sob o rito ordinário movida pelo espólio de Vítor contra determinado município, citado o réu, o procurador municipal observou que o autor estava representado por inventariante dativo.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta quanto à representação processual.

- A) O inventariante representa o espólio, de modo que nada poderá ser observado acerca da representação processual do autor.*
- B) Deverá o réu apontar a existência de defeito de representação, sob pena de ocorrer a preclusão.*
- C) Deverá o réu verificar se a ação trata de matéria considerada de alta indagação pelo juiz condutor do inventário, caso em que o inventariante dativo pode representar o espólio em juízo.*
- D) Na hipótese apresentada, ocorre vício de representação processual, situação que deve ser alegada pelo réu em preliminar.***